

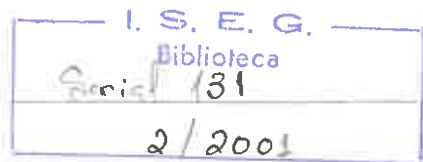


**“AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA ESPANHA COM
A AMÉRICA LATINA”**

Franklin Trein

Documento de Trabalho N° 2/2001

CEDIN – Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional
ISEG / UTL
Rua Miguel Lupi n° 20
1249-078 Lisboa
e-mail: cedin@iseg.utl.pt
web page: www.iseg.utl.pt/~cedin



AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA ESPANHA COM A AMÉRICA LATINA

Franklin Trein

Rio de Janeiro
Março/2000

1. ESPANHA

- Introdução



Todo país tem suas particularidades o que faz de cada um uma realidade singular. Isto é mais fácil de se identificar naqueles que, como a Espanha, podem contar a sua história por um período que se estende por mais de 3 mil anos.

O território espanhol, no extremo sudoeste do continente europeu, com pouco mais de 500 mil Km², ocupa a maior parte da Península Ibérica. Seus limites ao norte são a França, Andorra e o Mar de Cantábria, ao sul o Mar Mediterrâneo, Gibraltar e o Oceano Atlântico, a leste o mar Mediterrâneo e a oeste o oceano Atlântico e Portugal. O interior do território é dominado por uma grande meseta, de altura média de 660 m. As formações montanhosas mais importantes estão ao norte - a Cordilheira Cantábrica - e ao sul - a Serra Morena. Além do território continental ainda fazem parte da Espanha dois arquipélagos, as ilhas Canárias, no Atlântico, e as ilhas Baleares, no Mediterrâneo.

Com uma população pouco inferior a 40 milhões de habitantes, na sua maioria de religião católica, a Espanha adota quatro idiomas: o castelhano, o catalão, o basco e o galego, mas só o castelhano é usado pelo Estado espanhol. Com um crescimento demográfico próximo a zero, a população da Espanha sofre um rápido processo de envelhecimento, ao mesmo tempo em que abandona o campo e se concentra nos centros urbanos.

A economia espanhola também vem passando por um período de aceleradas transformações no sentido da ampliação de sua base industrial e de serviços. Mesmo assim o campo ainda produz trigo, cevada (sexto produtor mundial), milho, aveia, arroz, centeio, batata, beterraba, vinho (terceiro produtor mundial), azeite de oliva (segundo produtor mundial), cítricos (quarto produtor mundial), fumo, cana de açúcar, frutas, verduras e hortaliças, que são vendidas em todo os países do centro e do norte da Europa. A pesca é um dos setores importantes e mais tradicionais de sua economia. A mesma coisa se pode dizer da mineração, que em alguns casos é uma atividade que já se estende por mais de 2 mil anos. A Espanha se destaca na produção de carvão, ferro, mercúrio (terceiro produtor mundial), urânio, zinco, platina, chumbo, ouro, sal e caulim. Na indústria deve ser citada a siderurgia, a metalurgia, a produção de têxteis, a produção naval, a produção de eletrodomésticos, de automóveis, a indústria química, a de alimentos e a de brinquedos. O turismo também deve ser destacado, pois trata-se de uma atividade de enorme relevância para a economia espanhola. Pelo menos 55 milhões de turistas visitam o país anualmente.

A Espanha tem uma rica história que se mistura não só com o passado romano de nossa tradição ocidental, senão que se constitui ainda no mais importante elo de ligação do Ocidente com a cultura e a civilização árabe. Iniciada no ano de 711, a invasão da península Ibérica pelos árabes durou oito séculos. Só não caiu sob o domínio árabe o pequeno Reino das Astúrias, no extremo norte do país, de onde partiu a reconquista do território espanhol, concluída em 1492 com a retomada de Granada (Cortázar, 1995).



A Espanha, juntamente com Portugal, está ligada à história das Américas desde o descobrimento das terras do Novo Mundo por Cristóvão Colombo, em 1492. Financiado pelos reis católicos Fernando II e Isabel I, Colombo partiu do Porto de Palos em busca de um caminho para às Índias pelo Ocidente, aventura que acabou levando-o até um novo continente, até então oficialmente desconhecido dos europeus.

A presença e a importância da Espanha na formação política, social e cultural das Américas pode ser avaliada pela extensão da ocupação territorial exercida pelo colonizador espanhol em terras americanas e pela herança dos Estados nacionais que constituem hoje a América hispânica. O Brasil e as Guianas foram os únicos territórios, ao sul do Rio Grande, que ficaram fora da influência espanhola em território continental. Os espanhóis ocuparam ainda boa parte das ilhas do Mar do Caribe.

- As Relações Internacionais

Um marco de referência importante para a história da Espanha no século XX é a guerra hispano-americana, de 1898, pelo qual ela perdeu suas últimas colônias na América (Cuba, Porto Rico e Guianas) e na Ásia (Filipinas). As intensas transformações políticas e econômicas ocorridas na sociedade espanhola desde então, somadas às mudanças que marcaram as duas primeiras décadas do século, modificaram profundamente o país levando-o a uma crise sem precedentes. O ponto culminante de todo aquele processo foi o golpe militar liderado pelo General Primo de Rivera em 1923.

A ditadura, apoiada pelo Exército e pela Igreja, durou até 1930. Em 1931 os republicanos, tendo sido amplamente vitoriosos nas eleições municipais, se sentiram forte o suficiente para proclamar a Segunda República em 14 de abril daquele mesmo ano. Porém, já no ano seguinte, a oposição conservadora, liderada pelos militares, promoveu as primeiras manifestações ruidosas, contrárias às reformas sociais e à autonomia das províncias estimuladas pelos republicanos.

Até 1936 os conservadores, liderados pela Confederação Espanhola de Direitos Autônomos, e o republicanos, apoiados na Frente Popular, disputaram intensamente e, por vezes, de forma violenta, todos os espaços de poder. O desenlace se deu em julho de 1936, quando o General Francisco Franco, partindo das ilhas Canárias, liderou um levante militar contra a República. A guerra civil só terminou em 1º de abril de 1939. A Espanha caía assim sob mais um governo ditatorial. A seguir o país se viu submetido a um severo cerco diplomático e a uma enorme depressão econômica.

As relações mais significativas entre a Espanha e o Brasil, no século XX, tiveram início naquele período. Elas começaram pouco antes do fim da guerra civil, quando o Brasil reconheceu a Espanha nacionalista, representada pela Junta de Governo de Burgos, em 1º de março de 1939.

A partir de 1945, quando a Europa retoma a sua normalidade e dá início a recuperação das seqüelas deixadas pela IIª Guerra Mundial, a política externa da Espanha pode ser dividida em várias fases (Aldecoa Luzarraga, 1984), porém três momentos seriam

os mais fundamentais: o da ditadura franquista (1945-1975); o da transição (1975-1978) e o da democracia (a partir de 1978).

O período da ditadura, quando a política externa da Espanha esteve sob o comando do Ministro Alberto Martín Artajo, deve ser subdividido em dois momentos: de 1945 a 1957, e de 1957 até 1975. (Arenal, 43). Terminada a Guerra, a Espanha se encontrava isolada. Essa situação se agravou ainda mais com a resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 12 de dezembro de 1946, recomendando a retirada dos embaixadores e a exclusão da Espanha das Organizações multilaterais especializadas. Em consequência permaneceram em Madri somente os representantes da Argentina, Portugal, Suíça e da Santa Sé. Esse bloqueio tirou a Espanha do Plano Marshall, não permitiu a sua participação na constituição da Organização Européia de Cooperação Econômica em 1948 e nem na Organização do Tratado do Atlântico Norte em 1949, onde participaram outros países não democráticos, como Portugal. A Espanha foi impedida de tomar parte igualmente do Conselho da Europa (1949).

O Brasil, pressionado pela Comunidade Internacional, foi um dos 34 países que votou na Assembléia das Nações Unidas, em 1946, a favor da resolução que condenava o Governo espanhol por sua política de repressão interna e de disfarçada neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Por conta das mudanças no discurso dos Estados Unidos com respeito ao Governo do General Franco, buscando abrir espaço para sua participação na Comunidade Internacional, a década de 50 foi de um relativo relaxamento das tensões para as relações internacionais da Espanha. Ainda em 1949 a Bolívia, o Brasil, a Colômbia e o Peru propuseram, no âmbito das Nações Unidas, que cada país pudesse decidir livremente sobre a oportunidade do reestabelecimento de relações com o Governo espanhol, o que, no caso brasileiro, aconteceu em 25 de março de 1950, antes mesmo da aprovação da proposta pela Assembléia Geral (4 de novembro de 1950).

A partir do início de 1950 a Espanha começou a voltar à Comunidade Internacional. Ela foi admitida na Organização Mundial de Saúde e na UNESCO e readmitida na Organização Internacional do Trabalho em 1951, 1952 e 1953 respectivamente. A proposta da formação de uma Comunidade Hispânica de Nações, lançada no período de maior isolamento, foi retomada pela diplomacia do General Franco (Arenal, 43 e seguintes).

O momento decisivo para a ruptura do isolamento só veio, no entanto, em 1953, com a assinatura do pacto de defesa mútua com os Estados Unidos e também, no dia seguinte (28 de março de 1953), com a renovação do Concordato com a Santa Sé (na verdade só foi acrescido um quarto apêndice ao texto firmado anteriormente, em 7 de junho de 1941). Em 1955 a Espanha ingressou na Organização das Nações Unidas como membro de plenos direitos.

A política externa da Espanha nos anos 60 esteve marcada pela personalidade e pelas iniciativas de seu titular, o Ministro Fernando María Castiella. As relações diplomáticas espanholas se ampliaram em várias direções, buscando à normalidade reinante nos demais países da Europa Ocidental, mas restaram ainda como problemas não resolvidos

as relações com os países do Leste e com a República Popular da China. Naquele momento foi possível dar início as relações com o México, que ficaram só no plano consular e comercial. Alguns países do hemisfério sul também passaram a se relacionar com a Espanha.

A Comunidade Hispânica de Nações, uma proposta que havia tido um lugar de destaque na política externa da Espanha em período anterior, aos poucos, deixou de ser um objetivo de curto prazo. Com Castiella as relações com a região latino-americana não eram mais um desafio, como haviam sido com Martín Artajo. Elas passam a ter um novo perfil e uma nova dimensão, se inseriram no conjunto das relações ampliadas, então já globais, da política exterior espanhola. Esta mudança de prioridade tinha sua razão de ser. O projeto da Comunidade Hispânica de Nações havia sido concebido como um instrumento defensivo e de prestígio, num momento em que a Espanha se encontrava sozinha, isolada da Comunidade Internacional, e que buscava, por todas as formas, romper com aquela condição. Voltar-se para a região com o qual tinha vínculos históricos e culturais parecia ao franquismo uma alternativa viável e possível de ser legitimada. No entanto, o surgimento da possibilidade de um relacionamento com a Europa e com outras regiões do mundo, foi suficiente para mostrar que o interesse pela chamada Íbero-América não era ditado por um valor em si, mas mais uma vez pela defesa de interesses do regime de Franco. “Durante o franquismo a política íbero-americana, e com ela o projeto da Hispanidade e da Comunidade Hispânica de Nações, teve sempre um caráter irrealista, descontínuo e quase sempre subordinado à defesa dos interesses próprios do franquismo” (Arenal, 67).

Nas relações multilaterais a diplomacia espanhola obteve êxitos ainda maiores que nas bilaterais. Organizações como a OECE, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional acolheram a Espanha entre seus membros. O país só não ingressou naqueles organismos ou não aderiu aos tratados que faziam referência expressa à questão dos direitos humanos. “A política exterior nacionalista tinha um limite: não por em questão o regime; na medida em que isto ocorria, ela se tornava inaceitável.” (Aldecoa Luzarraga, 119). O problema dos direitos humanos era um ponto extremamente sensível da política interna do franquismo. Ele estabelecia fronteiras bem definidas do que era possível, do que interessava à Espanha de Franco.

De qualquer modo, em visível contradição com a política exercida dentro do país, o Ministro Castiella praticava “uma política de aproximação ideológica e de substituição de propaganda de cobertura por uma crítica mais real de nivelção e incorporação a modelos de convivência internacional de ordem prática” (Tierno Galván, citado por Aldecoa Luzarraga, 118).

A Espanha experimentou uma rápida incorporação à Comunidade Internacional e soube ocupar com desenvoltura todos os espaços que aceitaram sua presença. Um exemplo neste sentido foi sua eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no final da década, com o apoio de muitos países do hemisfério sul.

Castiella foi responsável pela apresentação da candidatura da Espanha a membro da

Comunidade Económica Europeia (9 de fevereiro de 1962). Em suas considerações o Ministro, na intenção de sensibilizar seus interlocutores, lançou pela primeira vez um argumento que se tornaria uma constante nas relações da Espanha com a Europa comunitária; ele apresentou a Espanha como aquele país que teria a vocação para exercer as funções de intermediário entre a CEE e a América Latina. A pretensão de servir como “ponte” (Aresenal, 53) entre as duas regiões voltou a aparecer de forma bastante clara na prática política da Espanha para a região latino-americana em diversas outras oportunidades, sendo possível ser identificada mesmo na fase preparatória da Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Europeia, realizada no Rio de Janeiro em 28 e 29 de junho de 1999.

O período Castiella significou uma dupla ruptura, pois se contradizia tanto com a política externa anterior como a política interna do franquismo. “Sua política representava, em geral as aspirações da sociedade espanhola e contradizia o sentido das instituições políticas espanholas” (Tierno Galván, citado por Aldecoa Luzarraga, 119).

A partir de 1960 a economia espanhola teve um expressivo desenvolvimento, que foi acompanhado, em parte, pelas transformações da política externa. Três fatores contribuíram para isso: o aumento do turismo, a remessa de divisas dos trabalhadores espanhóis que emigraram para outros países da Europa e a ajuda direta dos Estados Unidos na forma de empréstimos, investimentos e desbloqueio das relações comerciais.

O acontecimento mais relevante na política interna, naquele período, foi a aprovação, por referendun, da Lei Orgânica do Estado (1966). Ela permitiu ao General Franco, mais tarde, designar como seu sucessor, enquanto Chefe de Estado, com o título de rei, o Príncipe Juan Carlos de Borbón. Na prática isto significava que, após Franco, seria restaurada a monarquia na Espanha. E, como se sabe, foi o que de fato ocorreu. A Lei Orgânica determinava ainda a separação das funções de Chefe de Estado daquelas de Presidente do Governo (Primeiro Ministro). Em novembro de 1975, após a morte de Franco, o príncipe foi proclamado rei com o nome de Juan Carlos I.

Com a saída de Fernando María Castiella do Ministério de Relações Exteriores (1969), forçado por pressões das forças de direita, das quais o futuro primeiro Presidente do Governo, o Almirante Luis Carrero Blanco, era um dos líderes, a política externa espanhola voltou a uma fase de isolamento internacional. A Espanha optou por não ampliar mais suas relações. Ela retrocedeu em suas ações dando prioridade a afirmação de sua política interna; processo que se tornou ainda mais acentuado de 1969 até a morte de Franco. O seu ponto mais crítico foi atingido em fim de setembro de 1975 com a saída dos embaixadores europeus de Madri, em protesto pelas execuções de dissidentes políticos ocorrida no dia 27 daquele mesmo mes.

Terminada a ditadura franquista e restaurada a monarquia, a Espanha experimentou um acelerado processo de democratização, que teve início com a legalização dos partidos políticos e das centrais sindicais e seguiu com a eleição para o Parlamento em junho de 1977. Aquela fase se encerrou com a promulgação da nova Constituição em dezembro de 1978.

A Constituição espanhola de 1978 ratificou como forma de governo a monarquia parlamentar, hereditária, que tem no Rei o Chefe de Estado. Neste sentido a Espanha alinhou-se à tradição européia de monarquias constitucionais vigentes em países como a Bélgica e a Dinamarca. O Rei indica o Presidente do Governo e as Cortes Gerais (Parlamento) aprovam. A formulação das leis pode ter lugar nas Cortes Gerais, formada por duas Casas, nos Parlamentos das Comunidades Autônomas ou ainda ser iniciativa de petições populares. As ações do Rei em questões de Estado devem sempre receber prévia aprovação das Cortes Gerais. O Governo espanhol conta ainda com um órgão consultivo, o Conselho Supremo, formado atualmente por 23 membros.

As Cortes Gerais são eleitas pelo voto direto, secreto e universal, para um período de quatro anos. Suas duas Casas são o Congresso de Deputados, atualmente com 350 membros, e o Senado, com 208 integrantes, mais 48 representantes regionais, escolhidos pelos Parlamentos Autônomos. Os Deputados são eleitos por representação proporcional enquanto que os Senadores são eleitos diretamente.

O processo de formação dos Governos Autônomos Regionais teve início em 1967. Em outubro de 1979 foi aprovado, através de referendun, o estatuto de autonomia das 17 Comunidades Autônomas. Os primeiros Parlamentos Autônomos a serem eleitos foram os do País Basco e da Catalúnia (1980). O processo de eleição dos Parlamentos só se completou em 1983. Cada Parlamento é eleito por 4 anos. O grau de autonomia de cada comunidade é variável e expressa, geralmente, o peso político da comunidade dentro do Estado espanhol. Cada comunidade encontra-se subdividida em províncias, cujas fronteiras, em muitos casos, foram estabelecidas ainda na primeira metade do século XIX. A Espanha tem ao todo, no continente e nos arquipélagos, 50 províncias. Cada uma elege o seu próprio Conselho (Deputação Provincial).

Como já foi dito, se considera como período de transição do franquismo à democracia aquele que vai da morte de Francisco Franco (20 de novembro de 1975) à promulgação da nova Constituição (30 de dezembro de 1978). “Durante este período, diz Aldecoa Luzarraga, podemos distinguir com clareza três etapas distintas: a primeira, de continuidade do franquismo; a segunda, de volta à participação internacional, caracterizada pela Lei para a Reforma Política, e a terceira, o período constituinte, de certo consenso, mais ou menos implícito, em matéria de política exterior” (Aldecoa Luzarraga, 121).

A primeira etapa é a que muitos autores chamam ainda de franquismo sem Franco. Foi um momento de imobilidade, de decisões que não levavam a nenhuma mudança. A Espanha manteve seus compromissos internacionais congelados. Sempre dentro da mesma perspectiva, o único feito relevante a registrar foi a renegociação do Acordo com os Estados Unidos em que se renovava o Tratado de Amizade e Cooperação. Uma afirmação de continuidade, sem qualquer elemento de ruptura. A normalização da política externa espanhola seguiu um paralelo à evolução de sua política interna, que igualmente ganhava definições, coerência e continuidade (Sahagun, 239).

A segunda etapa corresponde ao segundo Governo sob a Monarquia e teve como Presidente do Governo Adolfo Suárez e como Ministro de Relações Exteriores Marcelino Oreja.



Com Suárez a Espanha volta a ser um membro ativo da Comunidade Internacional. Suas relações diplomáticas alcançam todos os países, incluindo o México e os países socialistas. Só ficam fora do alcance da diplomacia espanhola a Albânia, a Coréia do Norte e Israel. A questão dos direitos humanos é superada internamente e a Espanha passa a assumir compromissos por força de tratados internacionais sem restrições de qualquer natureza. O país recebeu apoio unânime do Parlamento Europeu para seu ingresso na Comunidade Econômica Européia. A política interna e a política externa passam a funcionar em completa sintonia. Entre os formuladores da política externa espanhola são freqüentes as referências aos princípios e objetivos da política de Castiella (Arsenal, 80).

A transição para um regime democrático na Espanha não se deu por um processo de ruptura senão que por meio de reformas (Arsenal, 72). Da mesma forma, se pode dizer, foram as passagens de uma política externa à outra. Pequenas modificações foram promovendo uma correção de curso até que se chegava a uma nova política, onde o novo convivía com muito do passado. Só o tempo imprimia novas formas, que podiam até ser abandonadas, mais tarde, em favor de um certo retorno à perspectivas já assumidas anteriormente. A perspectiva de Castiella reaparece na política de Oreja como uma política independente, nacionalista

A transição significou para a Espanha um duplo movimento, interno e externo, interativos. Do lado de dentro o trânsito se fazia em direção à democracia, do lado de fora em direção à Europa. Mas se a democracia era condição necessária para chegar à Europa, estar na Europa era garantia para a democracia. A relação dialética entre democracia e Europa foi, na verdade, expressão de uma interação que marcou durante um longo período a política interna e a política externa da Espanha e que não desapareceu, embora tenha se tornado menos característica com o passar dos anos.

A terceira e última etapa da transição esteve marcada por uma política externa que tinha por objetivo “favorecer a transição a uma democracia formal, mantendo as estruturas sócio-econômicas anteriores” (Aldecoa Luzarraga, 123). As questões de política internacional passam a ser objeto dos debates parlamentares. Algo impensável na Espanha de até então. As discussões sobre os problemas na região do Saara, que interessavam à Espanha em função de seus territórios ali representados por Ceuta, Melilla e o Saara Ocidental, que havia sido território espanhol até 28 de fevereiro de 1976, e ainda o reconhecimento de Angola, Moçambique e Cabo Verde foram os acontecimentos mais relevantes naquele momento.

Promulgada a Constituição, inaugurou-se o período da democracia. Adolfo Suárez continuou Presidente do Governo e Marcelino Oreja Ministro de Relações Exteriores. A Espanha retomou mais uma vez as suas atividades internacionais, passando de relações formais à relações reais. Ela abandonou a retórica em busca da condição de “protagonizadora” (Arsenal, 82). A presença internacional da Espanha naquele momento traduzia objetivos definidos no programa de ação da União do Centro Democrático, o partido de Suárez, assim como das declarações deste e do Ministro Oreja. Em seu discurso de posse Adolfo Suárez observou que: “No âmbito internacional, o Governo se propõe levar a cabo uma política realista, ativa e independente, que partindo das transformações

internas ocorridas no país, seja capaz de potencializar nossa ação e potencializar nosso interesse, em um mundo cada vez mais interdependente e em rápido processo de transformação” (Citado por Aldecoa Luzarraga, 125).

As conseqüências destas palavras de Suárez aparecerão imediatamente nas relações bilaterais, como teremos a oportunidade de ver mais adiante, e multilaterais. A posição de relativa autonomia assumida pelo Governo espanhol permitiu que temas de política externa importantes para a sociedade espanhola pudessem ser trazidos a ordem do dia. Assim, se voltou a falar da recuperação da soberania sobre o território de Gibraltar, se reiterou o interesse de ingressar na Comunidade Européia como Estado membro de plenos direitos, se insistiu sobre a unidade da nação, incluindo o arquipélago das Canárias e os territórios africanos de Ceuta e Melilla.

Gradativamente foram se explicitando como prioridades da política externa da Espanha a recuperação daqueles que eram seus vínculos históricos: a região mediterrânea, a zona árabe da África atlântica e as áreas ibéricas da América Latina. Este “terceiro-mundismo” (Sahagun, 241) esteve presente já no início da presidência de Adolfo Suárez. Exemplos neste sentido foram sua visita à Havana, sua recepção de Yasser Arafat em Madri e a entrevista, em Argel, com dirigentes da Frente Polisário. A Espanha buscava um lugar de elo de ligação, de interlocutor entre o Norte e o Sul. Ainda na mesma perspectiva a diplomacia espanhola expressou o seu apoio ao Panamá em sua reivindicação sobre a Zona do Canal frente aos Estados Unidos.

Junto com sua política em relação à Cuba, a tomada de posição no caso do Panamá era um pouco uma demonstração do Governo de Suárez, para o público interno e para os ibero-americanos, de que a condição de “satélite” dos Estados Unidos, que caracterizou os últimos tempos do período franquista estava mudando e que a Espanha era capaz de assumir a sua própria personalidade perante à Comunidade Internacional.

“Adolfo Suárez fez da política exterior uma peça fundamental de sua política em geral, recuperando, apesar das lacunas e sombras de sua política exterior, o protagonismo ativo da Espanha na política internacional, normalizando suas relações exteriores e abrindo o caminho para a plena integração à Europa” (Arenal, 82).

Na verdade Suárez estava convencido da correção do projeto político que ele representava. Sua convicção fez com que tenha pretendido criar uma Internacional de Centro. Para isto realizou uma reunião em Madri em novembro de 1979: a Iª Reunião Íbero-Americana de Partidos de Centro-Direita. Estiveram presentes representantes de mais de 50 partidos da América Latina. Se o projeto não foi adiante, pelo menos serviu para projetar a personalidade de Adolfo Suárez no espaço latino-americano, e com ele a política da Espanha para a região.

Leopoldo Calvo Sotelo e José Pedro Pérez Llorca sucederam a Suárez e Oreja, respectivamente. Pérez Llorca assumiu em setembro de 1980 e Calvo Sotelo em fevereiro de 1981. Era o segundo governo da UCD. Suárez havia caído por pressões conservadoras. A política externa da Espanha se ressentiu imediatamente das mudanças internas. As palavras já não tinham mais o mesmo significado. O ponto de vista da política internacional

espanhola passou para uma posição defensiva, de justificar-se para o seu público interno e para os seus interlocutores de fora. “Lembra a corrente que nasceu em 1898”, observa Aldecoa Luzarraga (Aldecoa Luzarraga, 127). A política de Calvo Sotelo deixava aflorar a impotência internacional da Espanha.

Em 28 de outubro de 1982, o Partido Socialista Obrero Espanhol chegou ao poder com expressiva vitória eleitoral. Felipe González, seu secretário geral, assumiu como Presidente do Governo no início de dezembro do mesmo ano. Fernando Morán foi indicado então para o Ministério de Relações Exteriores. Teve início assim um novo e longo período da política externa da Espanha. Abriu-se uma etapa de relançamento da política espanhola como protagonista na Comunidade Internacional. Ainda sob o Governo de Felipe González, a Espanha desencadeou uma política para a Íbero-América, cujas conseqüências se fizeram sentir ao longo de toda a década dos 90 e que não se esgotou até os dias atuais. Por sua determinação foi criada a Secretaria de Estado para a Cooperação Internacional e para Íbero-América, como parte de sua política para a região da América Latina (Arenal, 74).

No programa do PSOE se podia ler: “O Governo da Nação abordará, sem mais demora, uma política exterior que reforce o papel da Espanha no concerto internacional, afirme nossa presença em pé de igualdade ali onde os interesses nacionais estejam em perigo e permita a nosso país contribuir ativamente para a causa da paz, da liberdade, da justiça e do progresso do mundo.” Ao que Felipe González em seu discurso de posse completou dizendo: “O Governo da Nação empreenderá sem demoras a definição e a posta em prática de uma política exterior que reforce o papel da Espanha no concerto internacional, que afirme nossa presença em pé de igualdade ali onde os interesses nacionais estejam em jogo e permita ao nosso país contribuir ativamente nas grandes causas da paz e da distensão no mundo” (Citado por Aldecoa Luzarraga, 128).

Os elementos diretores da política externa de Felipe González passam a ser a mudança e o realismo. A mudança para superar definitivamente a herança do franquismo, que voltara como uma sombra a empalidecer a política de Calvo Sotelo. O realismo para evitar que paixões e entusiasmos excessivos, produzidos pelo sentimento de poder dos socialistas recém-chegados ao Governo, pudessem induzir a erros em questões fundamentais.

A política externa socialista tinha como elementos de referência os valores democráticos e os direitos humanos e se projetava para o exterior consciente da capacidade de atuação da Espanha, por seus vínculos históricos e culturais, por seu passado remoto e por sua capacidade de projetar um futuro imediato, mas também capaz de reconhecer seus limites de potência média.

Felipe González buscou um equilíbrio entre os compromissos internos e externos das políticas de seu Governo. Para isto se apoiou nas diretrizes definidas pelo PSOE para a política externa, que acabaram dando os parâmetros de sua política de Estado. Esta foi apresentada às Cortes Gerais, em 22 de outubro de 1983, nos seguintes termos:

- “1) Não introduzir elementos desestabilizadores em um mundo dominado pela idéia de conflito potencial.
- 2) Tentar obter uma maior margem de autonomia que possibilite a consecução de nossos objetivos, sem fomentar a instabilidade.
- 3) Uma definição claramente ocidental, com um grau de liberdade suficiente para que não se produza um alinhamento mecânico com interesses que podem não coincidir com os nossos.
- 4) Intensificação do processo de integração nas Comunidades Européias.
- 5) Uma melhora substancial das relações com nossos vizinhos.
- 6) Uma conversão de nossa tradicional política com a Íbero-América, passando do plano retórico ao das realidades.
- 7) A potencialização de nossa ação exterior em todos os aspectos que conformam hoje as relações internacionais (culturais, sociais, trabalhistas, econômicas).
- 8) A utilização dos foros internacionais para contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional...”(citado por Arenal, 93).

Para por em execução sua política externa Felipe González promoveu uma ampla reforma do Ministério de Relações Exteriores. As tarefas eram mais amplas e mais complexas, elas exigiam clareza, determinação, capacidade de ação. Estava em jogo tanto uma dimensão conceitual quanto prática. Tratava-se, no caso da América, de superar a idéia de hispanidade, que lembrava o franquismo, e abrir espaço para um novo conceito: de ibérico. A Comunidade Íbero-Americana de Nações devia significar um novo relacionamento em que a Espanha democrática e sua transição através de reformas, e não de rupturas, servisse de exemplo a uma região marcada por governos militares, mas já cansada de seus ditadores.

O que na teoria aparecia como um discurso coerente, na prática, revelou-se muitas vezes contraditório e de difícil condução. Felipe González teve que aceitar, com freqüência, as obrigações decorrentes dos compromissos da Espanha, enquanto país membro da CE e da OTAN, como opostas aos interesses de uma política bilateral positiva com países da região mediterrânea ou da Íbero-América. Mesmo assim, o Governo espanhol insistiu junto a seus pares europeus na defesa de interesses entendidos como relevantes, especialmente no campo econômico, para os países dos seus “cenários naturais”: o Mediterrâneo e a América Latina. (Sahagun, 245).

No caso das limitações impostas pela Comunidade Européia a Espanha teve que observar principalmente os termos da Política Agrícola Comum, que por um lado protege com fartos subsídios a produção dos agricultores europeus e por outro limita a entrada de produtos agrícolas de terceiros países no mercado comunitário. Os Acordos de Lomé,

firmados entre a CE e os chamados países ACP (da Ásia, do Caribe e do Pacífico), também determinam privilégios na forma de preços favorecidos e quotas para a entrada de determinados produtos agrícolas daqueles mesmos países nos mercados europeus.

A contradição para a política externa espanhola vinha tanto do fato de que as regras da CE tinham que ser observadas, mesmo que em prejuízo das relações com determinados países, como no caso da América Latina, quando do fato de que sua própria economia se beneficiava internamente daquelas restrições, na medida que protegia o seu setor de produção agrícola.

Felipe González havia percorrido a América Latina muitas vezes antes de chegar a Presidência do Governo espanhol. Suas atividades na Internacional Socialista levou-o a muitos países da região e lhe deu a oportunidade de contatos pessoais com muitas de suas lideranças. Isto lhe permitia um amplo e privilegiado conhecimento sobre a realidade latino-americana. Wolf Grabendorff observou em 1988: “González é quem entre todos os Chefes de Governo da Europa não só tem interesses pessoais mais pronunciados, senão que também dispõe dos conhecimentos mais diferenciados sobre a América Latina” (citado por Arenal, 128).

Aos poucos a política para a Íbero-América foi se tornando central para o Governo socialista. Sua prática e seus objetivos podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- A política externa socialista para a Íbero-América parte do princípio de um compromisso de presença e de atuação solidária na região, isto em função dos vínculos históricos, culturais, sociais, etc.. existentes entre a Espanha e as nações íbero-americanas.
- O princípio de não-discriminação determina que as relações da Espanha sejam com todos os países da região independente das características de seu regime ou governo. Isto não implica, no entanto, em abrir mão dos princípios de democracia e direitos humanos que norteiam a política externa espanhola em geral.
- Em consequência a Espanha se sente legitimada em portar a bandeira dos direitos humanos e da democracia em todos os momentos, sem inibição, fazendo claras opções de apoio àquelas forças políticas que convergem com tais princípios. A prática da política de Felipe González será enfática neste sentido.
- A idéia da Espanha como “ponte” entre a Íbero-América e a Europa deve ser abandonada para dar lugar a uma nova definição: a “afirmação paralela da existência de uma dupla dimensão, europeia e íbero-americana, na política exterior espanhola, que se interpreta como complementar”. (Arenal, 136)
- A política da Espanha para a Íbero-América se constrói em consonância com a sua condição de país integrante da Comunidade Europeia, o que significa dizer também no interesse da aproximação e do entendimento entre as duas regiões.

- Consciente de suas limitações, mesmo assim, a Espanha entende que a cooperação nos campos político, econômico, científico, técnico, cultural, etc. é parte substantiva de sua política ibero-americana.
- A Espanha apoia integralmente todos os esforços de integração entre os países da região.
- Fundando-se nos princípios de cooperação e entendimento, igualdade e respeito, independência e soberania e movidas pela vontade livre de compartilhar de um destino comum, a Espanha convida os países da região ibero-americana a construir juntos uma Comunidade Íbero-Americana de Nações (Arenal, 136-37).

Referindo-se a este último ponto declarou o Ministro de Relações Exteriores de Felipe González, Francisco Fernández Ordoñez: “Tem-se que fazer algo que demonstre ao mundo que existe uma comunidade de nações ibero-americanas. Devemos aproveitar o trampolim da Expo 92 e o Quinto Centenário para fazer algo mais que uma exposição” (citado por Arenal, 137).

2. UMA COMUNIDADE ÍBERO-AMERICANA DE NAÇÕES

A Espanha e a América Latina trilharam nos anos 80 caminhos convergentes no sentido da consolidação de uma ordem democrática e da estabilidade política de suas respectivas sociedades. A política externa espanhola sofreu sensíveis transformações onde a América Latina ganhou um novo significado. Para além das dimensões político-diplomática e econômica as afinidades sociais e culturais passaram também a compor a complexa estrutura de relacionamento entre espanhóis e latino-americanos (Mallo, 101).

Cabe ressaltar aqui três movimentos que contribuíram para definir o novo perfil da política externa da Espanha. O primeiro foi o de pertencimento à Europa, com o ingresso na Comunidade Européia de então. O período da ditadura franquista, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial, produziu um grande distanciamento entre a Europa Ocidental, que recuperava não só sua economia mas também a sua vivência democrática, e a Península Ibérica, dominada pela força e pela intolerância política. Fazer parte da CE, reintegrar-se à Europa, significava um compromisso irrevogável com o Estado de Direito. O segundo movimento foi consequência do primeiro, uma vez que o meio europeu oferecia os contornos histórico, político e cultural para a definição da identidade ibérica. A Espanha experimentou a recuperação de uma identidade, dentro da Europa e da Comunidade Internacional, que talvez só o passado distante, dos tempos áureos, lhe tenha dado. Junto a sua dimensão européia despertou nela a sua realidade ibérica. Integrar a Europa foi, em muitos sentidos, uma afirmação mais forte de suas diferenças do que de suas identidades. O terceiro movimento, por sua vez, foi decorrência dos dois anteriores. Ele se constituiu na relação da Espanha com terceiros países, fora do Continente europeu. Nos interessa aqui

somente os países ibéricos da América Latina, na medida em que eles foram alvo de uma nova política espanhola. A redescoberta da América ibérica fez parte do conjunto de eventos que reintroduziram a Espanha no mundo.

Por iniciativa espanhola, a qual Portugal se vinculou imediatamente, foi lançada a proposta de construção de uma Comunidade Íbero-Americana de Nações. Os países da América Latina atenderam ao convite de forma unânime. A idéia de uma “Comunidade” foi concebida como uma política de Estado, política esta regida pelos princípios de independência, credibilidade, continuidade, não discriminação e comunidade. (Arenal, 281) O instrumento fundamental para o desenvolvimento do projeto passou a ser então as Reuniões de Cúpula Íbero-Americanas (Mallo, 101).

A Iª Cúpula Íbero-americana de Chefes de Estado e de Governo se realizou em Guadalajara, México, em julho de 1991. Seu significado principal foi ter reunido 19 países de língua espanhola e portuguesa, 17 países da América e mais Portugal e Espanha, em um debate político sobre temas de interesse comuns, tais como “a vigência do direito internacional, o desenvolvimento econômico e social, a educação e a cultura, e ainda ter decidido estabelecer um diálogo no mais alto nível entre os países da Íbero-América” (Iª Cúpula Íbero-americana). No documento de encerramento da reunião ficou decidida a constituição de uma Conferência Íbero-Americana de Chefe de Estado e de Governo em caráter permanente.

Desde então já se realizaram 9 reuniões, uma a cada ano, sendo que a IIIª aconteceu em Salvador, Bahia, em julho de 1993. Compareceu à reunião, representando a Espanha o Chefe de Governo, Felipe González.

Além de permitir o debate sobre uma extensa lista de temas da agenda internacional e de interesses multilaterais dos países participantes, as reuniões ainda elegeram uma questão central para cada encontro. Desde a primeira reunião, e de forma cada vez mais ampla e abrangente, os encontros principais, dos Chefes de Estado e de Governo, foram secundados por debates realizados a nível ministerial em reuniões setoriais, cobrindo assuntos não só de política externa mas também de interesse interno de cada país, numa perspectiva paralela e de cooperação.

As Cúpulas Íbero-americanas se converteram assim em um amplo fórum de debates, ganhando um fim em si mesmas e perdendo, nesta medida, o sentido original de instrumento de construção de uma Comunidade Íbero-americana de Nações.

Esta última vocação dos encontros traduziu muito mais o interesse majoritário dos participantes do que a disposição da Espanha. Para os espanhóis as reuniões nunca foram somente um palco de debates multilaterais, onde se buscava o esclarecimento, a sintonia em torno de interesses comuns e as oportunidades de cooperação. Pelo contrário, elas se constituíram, desde o início, em um instrumento de política externa para com os países do Novo Mundo e para a afirmação disto que pode ser dito como sua identidade ibérica. Ainda no período de Adolfo Suárez a Íbero-América passou a ocupar um lugar destacado na política externa da Espanha. “O projeto suarista, muito especialmente em sua projeção

íbero-americana, procurava encontrar para a Espanha uma 'terceira via' nas relações internacionais, fora da dinâmica Leste-Oeste" (Arenal, 283).

O curto governo conservador de Leopoldo Calvo-Sotelo, do início de 1981 até fins de 1982, significou uma mudança radical na política externa espanhola. "O processo de ajuste conservador e de absoluta sintonização da política exterior com a política dos Estados Unidos, realizada pelo Governo centrista" (Arenal, 285) fez com que a política da Espanha perdesse claramente o seu perfil de autonomia, passando a Íbero-América a um discreto segundo plano.

A chegada ao poder de Felipe González, ainda em 1982, teve como consequência uma nova correção de curso, que reconduziu a política externa espanhola para muito perto das definições que lhe havia dado Adolfo Suárez.

Diante de um certo esgotamento do sentido dos encontros íbero-americanos (Mallo, 105), a Espanha insistiu, em 1998, sobre a necessidade de uma secretaria permanente da Conferência, a Secretaria de Cooperação Íbero-americana, cuja criação foi ratificada pela IXª Cúpula de Havana em novembro de 1999. A sede da secretaria está situada hoje em Madri.

O futuro dirá se, agora com uma estrutura mais apta a uma ação continuada, a Conferência terá mais condições de retomar sua vocação original, isto é, da formação de uma comunidade. Esta seria a vontade da Espanha e ela certamente estará empenhada neste sentido. No entanto, é possível que não seja esta exatamente a vontade de muitos dos demais países íbero-americanos, que vêem, não sem restrições, a atuação da Espanha procurando impor sua liderança.

O propósito de criação de uma Comunidade Íbero-americana de Nações envolve, certamente, um conjunto de ações multilaterais, que se consubstanciam em projetos tais como:

- Televisão Educativa Íbero-americana (TEIB)
- Programa de Cooperação no Desenvolvimento de Programas de Doutorado na Direção de Teses Doutorais
- Programa de Alfabetização de Adultos
- Programa de Cooperação Científica e Técnica
- Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Fundo Indígena)
- Programa de Cooperação para o Desenvolvimento de Sistemas Nacionais de Avaliação de Qualidade Educativa
- Programa Íbero-Americano de Cooperação para o Desenho Comum da Formação Profissional
- Programa Íbero-Americano de Modernização dos Administradores em Fundação
- Programa de Desenvolvimento Audiovisual em Apoio à Construção do Espaço Visual Íbero-Americano
- Rede de Arquivos Diplomáticos Íbero-Americanos
- Centro Íbero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Íbero-Americanos

- Programa Íbero-Americano de Cooperação Interinstitucional na Pequena e Média Empresa
- Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude da América Latina
- Fundação Íbero-Americana de Qualidade
(IX Conferência de Cúpula Íbero-Americana – Declaração de Havana, 6-7).

De fato, não só estes projetos, mas as iniciativas de cooperação, onde se destacam a criação da cátedra de história íbero-americana, o prêmio íbero-americano de qualidade na gestão pública, o programa íbero-americano de formação e capacitação interativa à distância para funcionários públicos, bem como muitos outros, têm servido como palcos para o exercício de política externa da Espanha voltada para a América Latina.

As reuniões setoriais, preparatórias da IXª Conferência de Cúpula Íbero-Americana, realizada em Havana, entre as quais cabe destacar:

- Encontro Íbero-Americano de Ministros e Responsáveis pelas Políticas sobre a Mulher, que tratou do tema “Crise Econômica Global e os Direitos Humanos das Mulheres”,
- Fórum Íbero-Americano de Ministros da Agricultura, que cuidou das “Perspectivas da Agricultura Íbero-Americana para o Novo Milênio”,
- Reunião de Ministros da Cultura da Íbero-América sobre “O Espaço Cultural Íbero-Americano no Mundo Globalizado”,
- Conferência Íbero-Americana de Educação sobre “Qualidade da Educação: equidade, desenvolvimento e integração ante o desafio da globalização”,
- Reunião Íbero-Americana de Ministros de Economia e Fazenda sobre “O Impacto na Íbero-América da Crise Econômica Mundial e a Estratégia para enfrentá-la”,
- Encontro Íbero-Americano de Ministros de Obras Públicas e Transportes sobre “Íbero-América e o Caribe: uma projeção do transporte e sua infra-estrutura às portas do século XXI”,
- Conferência Científica do Programa Íbero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia da Íbero-América sobre o “Desenvolvimento Sustentável e as Transferências de Tecnologia em uma Economia Globalizada”,
- Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Habitação e o Urbanismo da América Latina e o Caribe e o Fórum Íbero-Americano de Ministros e Altas Autoridades do Setor de Desenvolvimento Urbano e Habitacional sobre “Íbero-América e o Caribe: para um desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos”,

- Reunião de Ministros da Saúde da Íbero-América sobre a Infância e a Adolescência em um Mundo Globalizado com Direitos”,
- Conferência de Diretores de Centros de Estudos de Defesa Íbero-Americanos”,
- Congresso Internacional de História Aeronáutica e Espacial”,
- Encontro Internacional de Juristas sobre Globalização, Direito e Crise Econômica”,
- Fórum Íbero-Americano de Comunicações”,
- Encontro Íbero-Americano de Jornalistas”
(IX Conferência de Cúpula Íbero-Americana – Declaração de Havana, 8-9),

contaram sempre com a presença de representantes da Espanha, que se distinguiram por sua participação e por suas contribuições.

O que se torna evidente, mais uma vez, é que a Comunidade Íbero-Americana oferece para a Espanha um espaço importante de exercício de sua política externa em geral e, em particular, aquela voltada para os países das Américas.

3. ARGENTINA

Em uma postura mediadora, adotada tantas vezes, a Espanha atuou de forma direta na reaproximação entre a Grã-Bretanha e a Argentina, cujas relações se romperam por ocasião da Guerra das Malvinas. A ação da diplomacia espanhola permitiu o restabelecimento das relações entre aqueles dois países em fevereiro de 1990 e também recuperou a credibilidade da Espanha perante a Grã-Bretanha, abalada pela fato da posição espanhola ter sido de apoio à reivindicação argentina sobre as ilhas.

Em 1989 entrou em vigor o Acordo Geral de Amizade e Cooperação entre a Espanha e a Argentina. Em termos gerais o Acordo prevê no plano político: consultas periódicas de alto nível, incremento do diálogo entre a União Européia e a América Latina, o apoio à integração latino-americana, a solução negociada de conflitos; no plano econômico: a modernização da infra-estrutura produtiva da Argentina, o fomento da presença de empresários espanhóis na economia argentina, a promoção de empresas mistas, o aumento da capacidade tecnológica e exportadora da Argentina; no plano técnico e científico: a vinculação da pesquisa e desenvolvimento ao setor econômico e financeiro, o incremento de programas conjuntos, o debate em torno de questões como a reforma do Estado, a descentralização, a reconversão industrial, as novas tecnologias, o intercâmbio empresarial de acordo com os sistema geral de preferências, o turismo, a conservação

ambiental, a habitação, o desenvolvimento da língua espanhola, a promoção de semanas culturais e exposições itinerantes, bolsas de estudo para formação e pesquisa, promoção de instituições de ensino com planos integrados; no plano jurídico-consular: a assistência consular em terceiros países e o direito de voto aos residentes (Gudiño, 29).

Entre os Governos de Raúl Alfonsín e Felipe González havia uma excelente sintonia política e mesmo pessoal. Com a posse de Carlos Menen como Presidente da Argentina a situação mudou sensivelmente. Houve um esfriamento nas relações frente a clara opção de Menen em aproximar-se dos Estados Unidos. Mesmo as relações econômicas ficaram abaladas e só voltaram a dar sinal de recuperação anos mais tarde, quando Aznar chegou à Presidência do Governo espanhol. Porém, em nenhum momento ocorreu uma situação de conflito entre os dois países, seja nas relações econômicas ou nas relações políticas. O que houve foi um claro desvio de interesses e prioridades, que inclusive contribuiu para que o lado espanhol passasse a buscar outras opções de relacionamento na América Latina, principalmente no campo econômico.

Como dados positivos do relacionamento entre os dois países podem ser citados a troca de informações entre ambos sobre a proposta da Espanha de criação de uma força de paz ibero-americana, a criação do Grupo de Amizade Misto, formado por membros das Cortes Gerais espanholas e do Congresso argentino, a inauguração da cátedra de estudos argentinos na Universidade de Salamanca, financiada por empresas com interesses em ambos os países e administrada pela Universidade e pela Embaixada da Argentina em Madri.

Ainda como um momento significativo das relações entre a Espanha e a Argentina deve ser ressaltada a realização da Vª Reunião de Cúpula Íbero-Americana, em San Carlos de Bariloche, nos dias 16 e 17 de outubro de 1995, que teve como tema “a educação como fator de coesão da Comunidade Íbero-Americana”.

A exemplo do ocorrido com a Argentina, até agora a Espanha já assinou Tratados Gerais de Cooperação e Amizade com o Brasil, a Colômbia, o Chile, o México, o Uruguai e a Venezuela. Com outros países da região, como a Bolívia o Equador e Honduras, a Espanha firmou os chamados Programas Globais de Cooperação ou os Protocolos Econômicos, estabelecendo assim um conjunto de parâmetros para a sua política bilateral na América Latina.

4. BRASIL

A década de 80 propiciou muitas oportunidades de encontros entre os representantes diplomáticos espanhóis e brasileiros. A crise que tomava conta da economia mundial, desde o início dos anos 70, levava a contatos bilaterais e multilaterais mais freqüentes entre os países do hemisfério norte e os países do hemisfério sul. Em muitas oportunidades tanto a Espanha como o Brasil se fizeram representar naqueles encontros. Por outro lado, a crise

política na América Central, que atraiu a atenção de vários países da então Comunidade Européia, entre eles a Espanha, acabou também por propiciar contatos mais freqüentes e diretos entre os dois países. O Brasil participou da formação do Grupo de Apoio, que mais tarde veio a compor o Grupo do Rio; tendo desempenhado assim um papel importante na solução da crise centro-americana. Durante todo esse período o momento mais significativo da aproximação entre a Espanha e o Brasil foi o da visita dos reis espanhóis à Bahia em maio de 1983. Foi a primeira visita de um monarca espanhol ao Brasil.

Em 1º de janeiro de 1986 a Espanha, bem como Portugal, foi admitida na Comunidade Européia como Estado membro de plenos direitos. Em função disso, as autoridades espanholas já vinham desenvolvendo uma intensa atividade de política externa voltada tanto para o interior da CE como para o conjunto dos países latino-americanos. Embora sem a mesma extensão e intensidade, Portugal também desencadeou uma ação política externa semelhante. A intenção da Espanha era apresentar-se aos demais países comunitários como uma ponte natural entre a Europa e a América Latina e com isto poder resgatar uma relação perdida. A Espanha entendia que as relações entre a Europa e a América Latina, nas últimas décadas, estava caracterizada por uma sensível contradição: de um lado a América Latina seria a região, fora da Europa, mais marcadamente européia (ser européia, na perspectiva espanhola significa ser latina, ser católica, ser “ibérica”), porém, de outro, seria uma região relativamente sem significado político e ainda de menor significado econômico para a Europa.

Sabendo que para os latino-americanos a Europa comunitária, pelo contrário, representa um parceiro importante, em todos os sentidos – econômico, político, cultural, etc., os espanhóis se apresentaram à América Latina como sendo eles a Europa mais próxima, aquela que fala a mesma língua, que tem os mesmos valores culturais, que comunga dos mesmos objetivos políticos (naquele momento consolidar a democracia e o Estado de direito) Havia ainda interesses econômicos convergentes entre espanhóis e latino-americanos: alcançar um desenvolvimento condizente com o bem estar social e a estabilidade política. Em uma palavra, tratava-se de passar a idéia de que a Espanha era a Europa mais ao alcance da América Latina.

As relações com o Brasil exigiram mais cuidado e mais tempo de amadurecimento do que com os demais países latino-americanos. A presença de muitos imigrantes espanhóis no Brasil, geralmente bem integrados à sociedade brasileira, criava algumas facilidades, mas estava longe de fazer com que o país reagisse da mesma forma que aqueles que um dia foram territórios coloniais da Espanha. As boas relações diplomáticas, uma vez que não havia nenhum contencioso entre ambos, contribuía igualmente para a fluência do diálogo. De qualquer modo não é difícil de se entender que as relações com o Brasil exigiam cuidados especiais. Tratando-se do único país da Ibero-América que não fala espanhol, era necessário, por isto mesmo, evitar qualquer iniciativa que pudesse ferir a sensibilidade brasileira e de Portugal, até por que a perspectiva da diplomacia portuguesa não era muito diversa daquela da Espanha. A diferença maior talvez estivesse no fato de que ação de Portugal dificilmente se voltaria para outro país da região além do Brasil, enquanto que a da Espanha desconhecia a fronteira da língua.



Em sua aproximação com o Brasil a Espanha optou por agir em todas as áreas: política, econômica, cultural. Assim, em 1987 os Governos do Brasil e da Espanha, representados respectivamente pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto de Cooperación Iberoamericana, deram início a restauração do centro histórico da cidade de João Pessoa. A contribuição da Espanha ao projeto se dava na forma de assistência técnica e auxílio financeiro.

Outro gesto importante da Espanha em relação ao Brasil foi a presença do Presidente do Governo espanhol, Felipe González, acompanhado de seus Ministro de Relações Exteriores, no ato de posse do Presidente da República Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990. González empreendia, naquele momento, uma viagem por diversos países latino-americanos na intenção de definir interesses convergentes com as políticas de seu governo e estreitar relações bilaterais.

O Presidente Collor retribuiu a visita em maio de 1991. Era a terceira vez que voltava à Espanha no decorrer de alguns poucos meses, pois lá havia estado anteriormente por duas vezes: como candidato à presidência e como presidente eleito (fevereiro 1990). Naquele momento, as conversações entre os dois países buscavam identificar a melhor oportunidade para a assinatura de um tratado de amizade e cooperação que desse conta da fase especial das relações entre a Espanha e o Brasil. A visita de Collor se encerrou com a assinatura de uma Ata de Intenções, que recolheu o que de mais substancial pode ser alcançado.

Em junho do ano seguinte, 1992, o Presidente González voltou a visitar o Brasil, no âmbito da Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92. Em abril de 1994 o Ministro de Relações Exteriores, Javier Solana, participou, em São Paulo, da quarta reunião conjunta do Grupo do Rio e da União Européia. Outra vez o objeto dos debates foram as relações entre a União Européia e a América Latina e o Caribe. O Ministro Solana valeu-se da oportunidade para destacar os interesses e as motivações da parte espanhola nas relações bilaterais e multilaterais com as regiões latino-americanas e caribenhas. Ainda em 1994 foi ratificado o Tratado Geral de Cooperação e Amizade que havia sido assinado pelo Brasil e a Espanha em 1992.

Na condição de Chefe de Governo da Espanha e também de Presidente do Conselho Europeu, Felipe González chegou a Brasília em 18 de outubro de 1995. Ele retornava da Argentina, onde havia assistido à Vª Reunião de Cúpula Íbero-Americana em San Carlos de Bariloche. Em sua visita oficial de 24 horas, González se entrevistou com o Presidente Cardoso, com os Presidentes da Câmara de Deputados e do Senado e ainda com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em seu contato com as autoridades brasileiras destacou os interesses da Espanha em estreitar vínculos econômicos e aproximar objetivos políticos com o Brasil. Sublinhou também que o relacionamento entre a Espanha e o Brasil deveria servir para estimular a aproximação entre a UE e o Mercosul. Sua visita foi encerrada com a assinatura da Ata que criava uma Comissão de Alto Nível – prevista no Tratado Geral de Cooperação e Amizade – com o objetivo de encontrar mecanismos que possam propiciar um maior intercâmbio bilateral em diferentes áreas, entre elas a do comércio e dos investimentos diretos.

Procedente da República Popular da China, o Presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a Madri em 20 de dezembro de 1995 para assinar o “Acordo Marco entre a União Europeia e o Mercosul”. O “Acordo” já havia sido assinado por todos os Chefes de Estados ou de Governo da UE e os Presidentes da Argentina, Paraguai e Uruguai na data de 15 de dezembro. O “Acordo Marco” representa a definição mais abrangente das relações entre as duas regiões ao mesmo tempo em que lança as bases para uma futura associação entre ambas.

Por ocasião da Exposição de Tecnologia da Espanha – Expotecnia – na cidade de São Paulo, em novembro de 1996, o Príncipe das Astúrias, em sua saudação, na presença do Presidente Cardoso, observou que aquela oitava edição da Expotecnia visava estimular relações comerciais entre a Espanha e o Brasil bem como com o resto dos países do Cone Sul. Ele destacou ainda o interesse da Espanha em continuar sendo, cada vez mais, uma ponte entre a UE e o Mercosul, prova disso, no seu entender, foi o esforço realizado durante a presidência espanhola do Conselho da Europa no sentido da criação de uma zona de livre comércio entre as duas regiões.

José Maria Aznar, indicado Presidente do Governo espanhol pela coalizão de centro-direita que ganhou as eleições gerais de 1996, chegou ao Brasil em 16 de abril de 1997, dando início assim a sua quarta visita oficial à região latino-americana. Os temas principais do encontro com o Presidente Cardoso foram a Reunião de Cúpula entre a UE e a América Latina e a cooperação na área de turismo entre a Espanha e o Brasil. A visita incluiu também encontros do Presidente Aznar com empresários brasileiros e empresários espanhóis com investimentos no Brasil.

Ainda em 1997 o Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel, teve a oportunidade de assistir em Madri ao Terceiro Seminário Espanhol sobre a Realidade Brasileira, que foi encerrado pelo Secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Íbero-Americana, Fernando Villalonga.

Em abril de 1998 o Presidente Cardoso iniciou mais uma visita à Espanha, que foi interrompida repentinamente em função da morte do Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães. A visita, no entanto, foi retomada no dia 12 de maio. O Presidente se fez acompanhar dos Ministros de Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia e da Fazenda, Pedro Malan, bem como de uma delegação de empresários brasileiros. Em Madri, o Presidente Cardoso foi recebido pelo Chefe de Governo, José Maria Aznar, e pelo Rei Juan Carlos I. O Presidente da Junta da Galícia, Manuel Fraga, homenageou o Presidente Cardoso conferindo-lhe a Medalha de Ouro da Galícia.

Em março de 1999, quando o Ministro da Fazenda Pedro Malan se reuniu em Madri, no Banco da Espanha, com o Ministro da Economia da Espanha, Rodrigo Rato, o Governador do Banco da Espanha, Luiz Angel Rojo, e representantes dos bancos espanhóis, a imprensa brasileira e internacional já divulgava a informação de que a Espanha havia se tornado o segundo país com maior volume de investimentos diretos no Brasil, atrás dos Estados Unidos e à frente da Alemanha, que havia ocupado tal posição durante as últimas décadas.

Em abril de 1999 o Ministro da Indústria e Energia da Espanha, Josep Piqué i Camps, depois de participar do seminário “Brasil - Espanha, Novos Caminhos e Possibilidades”, reafirmou em Brasília, perante as autoridades brasileiras, a confiança do Governo espanhol e dos empresários daquele país na economia do Brasil e a disposição de continuarem investindo no mercado brasileiro. Com a mesma intenção de reforçar os laços econômicos entre a Espanha e o Brasil chegou à Brasília o Vice-Presidente do governo da Espanha e Ministro da Economia e da Fazenda, Rodrigo Rato, no início de julho de 1999.

Diante da trajetória seguida pelas relações entre a Espanha e o Brasil, inauguradas há não mais de dez anos, com a visita de Felipe González em março de 1990, há uma forte evidência de que a política da Espanha para a América Latina, definida diante da perspectiva de seu ingresso na então Comunidade Européia, e amadurecida nos últimos anos da década de 80 e nos primeiros anos da década de 90, tinha objetivos bastante claros e contava com uma forte intuição. As relações com o Brasil se consolidaram principalmente na área econômica e isto aconteceu sob condições especialmente favoráveis. Do lado espanhol havia disponibilidade de capitais e do lado brasileiro havia estabilidade e, através do processo de privatizações, a abertura da economia, criando condições favoráveis à entrada daqueles capitais na forma de investimentos diretos. Estas são condições convergentes que não acontecem com frequência, motivo pelo que se explica a rapidez com que as relações entre os dois países avançaram. As mesmas circunstâncias, entretanto, aconselham cautela e a necessidade de algum tempo para que este relacionamento se consolide e possa se traduzir em relações bilaterais mais amplas.

5. COLÔMBIA

Novembro de 1984 é uma data de referência para a análise das relações entre a Espanha e a Colômbia uma vez que ela registra a primeira viagem de Felipe González àquele país. A partir daquele momento ambos os países passaram a coordenar suas ações no sentido de buscar a paz na América Central e Madri passou a servir de lugar de encontro entre o Governo colombiano e o grupo guerrilheiro M-19, que atuava militarmente no interior do território da Colômbia. Ainda em outros contextos difíceis da vida interna da Colômbia, a diplomacia espanhola também esteve presente, contribuindo com o Governo da Colômbia, como no caso das negociações por ocasião do assalto ao Palácio da Justiça em Bogotá (1985) e também da tragédia do Nevado del Ruiz (Alvarez Alvarez, 43).

Nas áreas técnico-científica e cultural dois instrumentos serviram de referência para as relações entre Madri e Bogotá na década de 80: o Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 1983, e a Terceira Comissão Mista Cultural sobre programas de intercâmbio educacional e artístico (Alvarez Alvarez, 43).

Entre 1990 e 1994 a Presidência de César Gaviria não deu só uma nova Constituição à Colômbia, senão que impulsionou também suas relações internacionais. A Espanha aproveitou a oportunidade para iniciar conversações que resultaram na assinatura

do Tratado Geral de Cooperação e Amizade. Naquele mesmo momento a diplomacia espanhola levantou a questão colombiana no âmbito da Comunidade Européia com o objetivo de oferecer à Colômbia um importante apoio em sua luta contra o narcotráfico.

Nos anos seguintes foram freqüentes os contatos e foram intensas as atividades no sentido de aproximar os interesses dos dois países. A comemoração do quinto centenário do descobrimento da América foi motivo de uma programação especial, que envolveu a Espanha, a Colômbia e praticamente todos os demais países da América Latina. No caso da Colômbia, um dos acontecimentos mais significativos foi a inauguração do Centro Cultural e de Formação para o Desenvolvimento “Casa de España de Cartagena de Indias”. As ações da Espanha, com relação à Colômbia, não ficaram só no campo cultural, a economia colombiana, no início dos anos 90, tornou-se uma das maiores beneficiárias da ajuda oficial do Governo espanhol para os países latino-americanos. Também as relações científicas e técnicas foram estimuladas. A Universidade Politécnica de Valência assinou convênios de cooperação com 15 Universidades colombianas, todos eles com o apoio da Comissão Mista para a Cooperação Científica e Técnica formada por representantes governamentais dos dois países.

A cooperação entre a Espanha e a Colômbia continuou ao longo de todo o governo que sucedeu a César Gaviria. As relações com Ernesto Samper também foram muito boas e até melhores do que com o governo anterior. Samper havia sido embaixador da Colômbia em Madri e sempre que surgiam críticas ao seu governo entre os espanhóis, Javier Solana, Ministro de Relações Exteriores da Espanha, costumava sair em sua defesa, afirmando que eram injustas, pois, como costumava dizer: “conhecemos muito bem o Presidente” (Alvarez Alvarez, 46).

As crises pelas quais passou a Colômbia, naturalmente, criaram dificuldades nas relações com a Espanha. A diplomacia espanhola, no entanto, soube se esgueirar entre obstáculos internos e externos à realidade colombiana e seguiu apoiando o processo de paz e de fortalecimento de sua estabilidade institucional. Um exemplo, neste sentido, foram os apoios internacionais recebidos pela Colômbia, por iniciativa do Ministro de Relações Exteriores da Espanha, ao qual se somavam as assinaturas da Costa Rica, do México e da Venezuela, pedindo a pacificação do país (1997). Aquele documento foi acompanhado ainda por outras propostas, elaboradas a partir de iniciativas de Madri (Alvarez Alvarez, 48).

6. MÉXICO

Nas suas relações com o México, para além da área econômica, onde se destacam o comércio e os investimentos, a Espanha tem dado atenção especial às atividades culturais e às acadêmicas. As relações entre a Espanha e o México exigem sempre uma maior atenção, pois permanece ainda presente na memória de ambos os lados o fato de que o México acolheu muitos republicanos, lideranças políticas, intelectuais e mesmo simples cidadãos,

que derrotados pelas forças franquistas tiveram que sair da Espanha em busca de um lugar seguro onde pudessem cuidar de sua sobrevivência. Durante todo o período da ditadura de Franco, as relações entre os dois países nunca foram normais. Depois de 1975 a normalização não deixou de se dar sob uma certa tensão.

As manifestações culturais que a Espanha tem levado ao México vêm abrindo a oportunidade da apresentação de elementos regionais, que são os mais autênticos e mais típicos da sociedade espanhola. As Comunidades Autônomas têm tomado a si a responsabilidade de apresentar exposições no México, promover conferências e promover outras formas de manifestações de sua arte local.

O México, por uma vez retribui, principalmente através do Instituto do México na Espanha, criado em 1992 (Pérez – Herrero, 86). O Instituto tem feito chegar até à Espanha alguns exemplos da rica tradição das artes plásticas mexicanas desde o período pré-colombiano até nossos dias. Os espanhóis têm podido apreciar ainda a literatura, a música e a filmografia mexicana através de diversas programações oficiais e não oficiais. A Casa da América em Madri também inclui em sua programação atividades relacionadas à cultura do México.

As atividades do Instituto da Espanha no México tiveram início em 1997. Sua função é criar mais espaço para a presença das diferentes manifestações da cultura espanhola entre os mexicanos e assim contribuir para que a Espanha recupere a sua imagem diante de um México que não esconde suas desconfianças sobre o verdadeiro compromisso da política espanhola com relação ao destino da Íbero-América.

No campo acadêmico as relações entre os dois países são intensas, porém desequilibradas no que diz respeito ao intercâmbio de alunos de pós-graduação. Enquanto que um número significativo de estudantes mexicanos passam a escolher as Universidades da Espanha para o aprimoramento de sua formação, e para isto têm o apoio de bolsas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México, são poucos os espanhóis que se dirigem às Universidades mexicanas. Limitada pelos critérios da União Européia a Espanha reduziu drasticamente seu apoio oficial na forma de bolsas aos seus estudantes com destino aos países latino-americanos (Pérez-Herrero, 87).

Esta situação não impede que, de qualquer forma, muitas Universidades espanholas mantenham convênios com Universidades mexicanas e que dessas relações decorram projetos de pesquisas conjuntos. Um exemplo neste sentido é o Programa de Estudos Hispano-Mexicanos do Instituto Ortega y Gasset em Madri, que desde 1993 vem estimulando os estudos sobre o México. Também em 1993 foi criada a Associação de Pesquisadores e Estudantes Mexicanos na Espanha, refletindo assim um fato significativo, ou seja, o de que a Espanha se constitui numa alternativa interessante para a formação de jovens acadêmicos e pesquisadores mexicanos, ao ponto de atrair um número expressivo dentre eles para suas Universidades e Institutos.

7. AMÉRICA CENTRAL

Muito cedo, sobre o governo socialista de Felipe González, a Espanha se mostrou sensível à grave crise política, social e econômica em que se encontrava a América Central no início dos anos 80. A crise centro-americana se tornou um tema vital para a política externa espanhola.

O envolvimento político da Espanha na região do istmo partia de uma relação completamente assimétrica, do ponto de vista econômico. Os interesses espanhóis ali eram relativamente pequenos, enquanto que a Espanha representava um parceiro importante para o conjunto de países centro-americanos (Arenal, 138).

Outro dado importante era a presença dos Estados Unidos na região e a forma como o Governo de Regan via a crise da América Central. A Espanha, a exemplo dos países da Comunidade Européia, entendia que o problema era consequência de um passado não menos crítico, em que o subdesenvolvimento, as políticas oligárquicas, as guerras civis e também a intervenção constante dos Estados Unidos contribuía para uma situação de tensão e conflito. Washington, ao contrário, partia do princípio de que aqueles conflitos eram só mais uma face de sua confrontação com a União Soviética.

A diplomacia espanhola sempre teve muito cuidado para não parecer estar assumindo uma posição abertamente anti-norte-americana. Isto ficou muito claro nas oportunidades em que atuou como mediadora nos casos da Costa Rica e da Nicarágua.

A Espanha, juntamente com a República Federal da Alemanha, apoiou o Grupo de Contadora desde a sua origem e depois seguiu apoiando as ações do Grupo do Rio. Como bom conhecedor da região e das forças políticas envolvidas nos conflitos, Felipe González podia identificar os aspectos particulares à situação de cada país. Seu envolvimento muitas vezes chegou a ser pessoal, como no caso da Nicarágua, quando os sandinistas chegaram ao poder.

Em qualquer das situações, que envolvem ainda El Salvador e a Guatemala, a política do Governo espanhol na região buscou sempre o respaldo da Internacional Socialista e mais ainda da Comunidade Européia.

No conflito em El Salvador a Espanha atuou intensamente. Sua ação foi tanto individual como em conjunto com o chamado “Grupo de Amigos”, formado pela Colômbia, México e Venezuela. No caso da Guatemala o Grupo de Amigos atuou juntamente com a Noruega e os Estados Unidos. A Espanha teve ali um papel relevante. Ao lado das contribuições valiosas de todos os demais países, sua atuação em alguns momentos foi decisiva. Com paciência e habilidade a diplomacia espanhola soube ganhar a confiança de todas as partes, conseguiu desbloquear as discussões e ofereceu elementos fundamentais para que acordos pudessem ser fechados (Yañes-Barnuevo, 147-8).



Na crise da América Central a Espanha demonstrou ser capaz de se mover entre muitos atores. De um lado havia as partes em conflito aberto no interior de cada país, que deveriam ser levados ao entendimento e à paz. De outro, havia os atores externos. Em primeiro lugar os Estados Unidos, envolvidos do ponto de vista político, econômico e militar, em ações oficiais e em ações secretas, criando assim um quadro extremamente sensível e complexo de ser administrado. Havia também a presença de outros países do entorno imediato com interesses diretos em uma solução, como o caso do México e de Cuba. A gravidade da situação fez com que muitos outros países da América Latina, próximos ou mais distantes da região, também se sentissem no compromisso de contribuir para uma solução, como foi o caso daqueles que acabaram formando o chamado Grupo do Rio. Por fim os europeus reagiram igualmente, levados por motivações muito próprias da realidade da Europa. Diante de todo este quadro a Espanha soube escolher sempre um caminho construtivo.

Passada a fase mais crítica, quando as Nações Unidas foi convidada a assegurar a paz e o cumprimento dos acordos, a Espanha contribuiu com recursos materiais e humanos colocando à disposição do Secretário Geral oficiais de seu Exército e homens de suas forças policiais.

8. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada certamente está longe de ter explorado todas as questões levantadas inicialmente e as que foram surgindo ao longo do trabalho. Mesmo assim algumas perguntas, ainda que sem respostas, ou só respondidas em parte, podem ser formuladas.

A idéia de uma Íbero-América, tal como ela aparece na política externa da Espanha, existe também entre os chamados países ibero-americanos? A política ibero-americana da Espanha não estaria conduzindo-a a uma percepção indiferenciada da região, ou pelo menos a uma percepção onde se perdem muitas das características individuais de cada país? Na mesma linha de raciocínio: a dificuldade de entender as partes não estaria levando a uma compreensão equivocada do todo? Uma realidade ibero-americana, cuja expansão mais acabada seria a Comunidade Íbero-Americana de Nações, não seria mais uma projeção de política externa, sob a qual, na verdade, se esconde uma política que pretende se projetar sobre a região com inconfensáveis intenções hegemônicas? A Cúpula Íbero-Americana de Chefes de Estado e de Governo parece ser para os países da Íbero-América uma política de boa vizinhança, de relacionamento de todos com todos, de multilateralidade. Ela será só isto para a Espanha? E faria sentido para a Espanha que ela fosse só isto? A política externa da Espanha fala de Íbero-América como um conceito que reuniria a Ibéria e a América, como se explica então, o fato de que Portugal se encontrar praticamente esquecido na formulação teórica e na prática deste conceito? E o Brasil, encontra-se igualmente esquecido ou é percebido de maneira indiferenciada, como se fosse uma Argentina de maior tamanho ou um México do hemisfério sul? Ao falar de

Comunidade de Nações a política espanhola quer dizer o que exatamente, já que não se trata de uma comunidade do modo da Comunidade Européia, nem do modo de um Mercado Comum do Sul, nem de uma Associação de Livre Comércio da América do Norte? Comunidade significa a presença perene da língua, da cultura, da visão de mundo herdada do colonizador ibérico? E, no caso, de um ibérico que por um lado parece esquecer Portugal e por outro parece esquecer que de Tijuana a Ushuaia há milhões de ameríndios e povos vindos de outras regiões da Europa, e mesmo da Ásia, conformando diferentes sociedades nacionais e, em alguns casos, até mesmo só locais? A Íbero-América não teria, prioritariamente, a função de dar sustentação a uma projeção internacional da Espanha, sem a qual ela certamente não seria a mesma? Na relação entre a Espanha e os países ibero-americanos há uma sensível defasagem política, não só como resultado de uma assimetria histórica, mas ainda como consequência de uma diferença de perspectiva na construção da ponte que une as duas bordas do Atlântico.

BIBLIOGRAFIA

- ALDECOA LUZÁRRAGA, Francisco
“La política exterior de España en perspectiva histórica 1945-1984. De la autocracia al Estado de Derecho”, in: Sistema. Revista de Ciencias Sociales, nº 63, Noviembre, 1964, Madrid, p. 85-110.
- ALDECOA LUZÁRRAGA, Francisco
“La transición y la redefinición de la política exterior española”, in: La Política Exterior Española en el Siglo XX, Coordinador: R. Calduch, Madrid, Ediciones de las Ciencias Sociales, 1994, p. 154 – 168.
- ALVAREZ ALVAREZ, Juan Rodrigo
“Aproximación a las relaciones España-Colombia durante los años noventa”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 37-57.
- ARENAL, Celestino del
“La política exterior española en Iberoamérica (1882-1992)”, in: La Política Exterior Española en el Siglo XX, Coordinador: R. Calduch, Madrid, Ediciones de las Ciencias Sociales, 1994, p. 279-302.
- ARENAL, Celestino del
“La política exterior de España hacia Iberoamérica”, Madrid, Editorial Complutense, 1994.
- BAYO, Francesco
“España y América Latina”, in: Revista de Estudios Europeos, 11, Especial, Julio-Septiembre, 1989, Habana, p. 61-69.
- CALDUCH CERVERA, Rafael
“La política exterior española durante el franquismo”, in: La Política Exterior Española en el Siglo XX, Coordinador: R. Calduch, Madrid, Ediciones de las Ciencias Sociales, 1994, p. 107 – 156.
- CANETE, Frank Vera
“Relaciones Cuba-España en los años 80. Consideraciones y Perspectivas”, in: Revista de Estudios Europeos, 12, Especial, Octubre-Diciembre, 1989, Habana, p. 134-141.

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS
 “União Européia – América Latina. Actualidade e perspectivas do reforço da parceria: 1996-2000”. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, Bruxelas, 23/10/1995, COM (95) 495 final.

- COTÁZAR, Fernando García de, y VESGA, José Manuel González
 Breve Historia de España, Madrid, Alianza Editorial, 1995.

- FRAGA, Luis
 “Las cumbres iberoamericanas”, in: Política Exterior, 64, XII, Julio/Agosto, 1998, Madrid, p. 151-160.

- FRERES, Christian
 “La cooperación española para el desarrollo latinoamericano”, in Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 109-130.

- GUDIÑO, Florencio
 “Las relaciones bilaterales entre España y Argentina en la década de los noventa”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 21-36.

- HERNANDÉZ, Vivian de Rosario
 “España – Cuba. Empresas mixtas. Nuevos lazos. Nuevas realidades”, in: Revista de Estudios Europeos, vol. VI, nº 23, Julio-Septiembre, 1992, Habana, p. 54-71.

- IGLESIA-CARUNCHO, Manuel, PAZ RAMOS, Mari
 “La relación hispano-cubana en el centenario del 98”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre 1997, Madrid, p. 59-78.

- IRELA
 “Comunicado Conjunto do Rio de Janeiro”
 Encontro de Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e Chile e da União Européia, Rio de Janeiro, 28/06/1999.

- KLEIN, Herbert S.
 “A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Espanhóis no Brasil”, in: Estudos Econômicos, nº 3, vol. 19, Setembro-Dezembro, 1989, São Paulo, p. 457-476.

- LÓPEZ, Lourdes
“Relaciones Cuba-España: un equilibrio entre lo posible y lo deseable”, in: Revista de Estudios Europeos, 12, Especial, Octubre-Diciembre, 1989, Habana, p. 142-152.

- MACH, Juan Antonio
“España y América-Latina”, in: Política Exterior, nº 52, vol. X, Julio-Agosto, 1996, Madrid, p. 160-176

- MALLO, Tomás
“De las Cumbres Iberoamericanas a la articulación de una Comunidad Iberoamericana de Naciones”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 101 - 108

- MONTORBIO, Manuel
“La política exterior española y las relaciones Unión Europea-América Latina”, in: Revista Española de Desarrollo y Cooperación, nº 3, Otoño/Invierno, 1998, Madrid, p. 17-32.

- PÉREZ-HERRERO, Pedro
“Las relaciones bilaterales España-México (1986-1996)”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 79-98.

- ROSENZWEIG, Gabril
“España y las relaciones entre las Comunidades Europeas y América Latina”, IRELA, Documento de Trabajo, nº 8, Madrid, 1987.

- SAHAGUN, Felipe
“España frente al Sur”, in: La Política Exterior Española en el Siglo XX, Madrid, Coordinador: R. Calduch, Ediciones de las Ciencias Sociales, 1994, p. 237-278.

- YAÑES, Luis
“Recuperación democrática y relaciones com Iberoamérica”, in: Afers Internacionals, nº 3, Primavera, 1984, Barcelona, p. 39-46.

- YAÑEZ – BARNUEVO, Juan Antonio
“España, ha ONU y la participación de Centroamérica”, in Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre, 1997, Madrid, p. 143-156.

- ZALDÍVAR LARRAÍN, Andrés
“Iberoamérica y España: unidad de destino”, in: Síntesis. Revista de Ciencias Sociales Iberoamericanas, 27-28, Enero-Diciembre 1997, Madrid, p. 15 – 20.

- IX Conferência de Cúpula Ibero-Americana
Declaração de Havana, 15 e 16 de novembro de 1999, Havana.

DOCUMENTOS DE TRABALHO PUBLICADOS PELO CEDIN

TÍTULO/AUTOR

- DT n° 1/90** As Grandes Correntes do Comércio Internacional
Joaquim Ramos Silva
- DT n°2/90** Aspectos Teóricos do Comércio Internacional
António Mendonça
- DT n°3/90** O Quadro Institucional do Comércio a Nível Internacional
Armando de Castro
- DT n°1/91** A Competitividade Internacional
António Romão
- DT n°2/91** O Comércio Externo Português
António Romão
- DT n°3/91** Especialização e Comércio Internacional: A Teoria Clássica
António Mendonça
- DT n°4/91** Especialização e Comércio Internacional: A Teoria Marxista
António Mendonça
- DT n°1/92** O Sistema Monetário Europeu
António Mendonça
- DT n°2/92** O Sistema Monetário no Contexto da União Económica e Monetária
António Mendonça
- DT n°3/92** O Modelo de Ricardo, o Comércio Intra-Sectorial e a Via do Ajustamento Estrutural para a Economia Portuguesa
Horácio Faustino
- DT n°1/93** Dumping – Evolução do Conceito e Problemas Essenciais para a Política Comercial
J. Ramos Silva
- DT n°2/93** Especialização e Comércio Internacional: A Teoria Neoclássica
António Mendonça
- DT n°3/93** O Desempenho das Empresas Portuguesas no Âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento
J. M. Rolo
- DT n°4/93** A Competitividade Europeia
António Romão
- DT n°5/93** O Sistema dos Bancos Centrais, Caracterização, Estrutura Atribuições
A. Carlos dos Santos
- DT n°1/94** A Comunidade Face à Globalização Tecno-Económica
Vitor Magriço
- DT n°2/94** O Modelo de União no Tratado de Maastricht
A. Carlos dos Santos
- DT n°3/94** L'organisation et la Gestion de la Cooperation: un Enjeu pour la Politique de Cooperation au Développement de l' Union Européenne
Sequeira de Carvalho

- DT n°4/94** A política de Cooperação para o Desenvolvimento da União Europeia e as suas Potencialidades para Portugal
Sequeira de Carvalho
- DT n°5/94** O Sistema Monetário Europeu: Passado, Presente e Futuro
António Mendonça
- DT n°6/94** A União Económica e Monetária e a Crise do SME
Manuel Farto
- DT n°7/94** O Efeito do IDE na Composição das Exportações da Indústria Transformadora Portuguesa: 1991-1992
Mª. Paula Fontoura
- DT n°8/94** As Bases da Política Comercial Comum
J. Ramos Silva
- DT n°1/95** Cronologia do Processo de Integração Europeia
António Romão
- DT n°2/95** O estado Português e a Organização da Europa
J. Medeiros Ferreira
- DT n°3/95** Europa Política ou Potência Civil?
Alvaro Vasconcelos
- DT n°4/95** Determinantes Político-Económicos dos Incentivos à Indústria Transformadora Portuguesa no âmbito do SINPEDIP
Mª. Paula Fontoura
- DT n°5/95** Algumas Reflexões sobre o Processo de Integração Europeia – Que Perspectivas
António Romão
- DT n°6/95** The Introduction of the Gold Standard in Portugal
António Mendonça
- DT n°7/95** Política Comercial do Mercosul – História e Conjuntura
Elivan Ribeiro
- DT n°8/95** A Convenção de Lomé: um espaço institucional de desenvolvimento para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Sequeira Carvalho
- DT n°9/95** A Revisão do Tratado da União Europeia: Continuidade ou Inflexão?
António Romão
- DT n°10/95** O Debate Livre-Cambismo / Protecçãoismo Revisitado no Pós Uruguay Round
Mª. Antonina Lima
- DT n°1/96** Mudanças na Economia Mundial, 1973-1993
J. Ramos Silva
- DT n°2/96** Cronologia do Processo de Integração Europeia
António Romão
- DT n°3/96** CIG 96: Um Processo Complexo
António Romão



- DT n°4/96** Foreign Economic Relations and Economic Growth in Portugal 1840-1990: A Long Term View
Mª Paula Fontoura e Nuno Valério
- DT n°5/96** The Adhesion of Portugal to the Gold Standard: The Debate at the Chamber of Deputies
António Mendonça e Manuel Farto
- DT n°6/96** Regionalisation, Globalisation and the Emerging World Economy: the case of WTO, the regional integration agreements an the EU
Maria Antonina Lima
- DT n°1/97** Algumas reflexões sobre o desemprego num contexto de integração e de globalização
António Romão
- DT n°2/97** The effects on the portuguese economy of FDI in the automative sector (from Renault` s Project to Auto Europa` s Project – 1980 to 1994)
Rogério Guerra Santos
- DT n°3/97** Factores determinantes do comércio internacional: a abordagem empírica
Maria Paula Fontoura
- DT n°4/97** Os fluxos de IDE nos países ibéricos
José Manuel Caetano
- DT n°5/97** The impact of EC membership on portuguese exports man7ufactures
Ana Paula Africano
- DT n°1/98** O novo enquadramento institucional do comércio internacional
Carla Guapo Costa
- DT n°2/98** A economia política contemporânea e o pouco que sabemos
Reginaldo Souza Santos
- DT n°3/98** Padrão das Exportações Portuguesas: Evolução e Perspectivas
Maria Paula Fontoura
- DT n°4/98** Trade Between Asymmetrical Democratic Countries
J. Ramos Silva
- DT n°5/98** Alterações Estruturais, composição das exportações e competitividade: Alguns resultados para a Europa do Sul e os PECO
João Dias
- DT n°6/98** Tradition and change in labour relations: the portuguese case
João Dias e Conceição Cerdeira
- DT n° 1/99** Cronologia do processo de Integração
António Romão
- DT n° 2/99** Algumas Reflexões sobre Temas Actuais de Economia Europeia
António Romão e Carla Guapo Costa
- DT n° 3/99** Algumas reflexões a propósito do pensamento de J. M. Keynes sobre as relações económicas internacionais
Mário Gomez Olivares
- DT n° 4/99** A Génese e a Validação das Teorias da Ciência Económica



- Vitor Magriço*
- DT n° 5/99** Alianças entre Empresas: Conceitos, Formas e Factores Explicativos
Vitor Magriço
- DT n° 6/99** Revisitando as Relações Comerciais externas da UE
Maria Antonina Lima
- DT n°7/99** Portuguese Trade with the EU: an analysis of trade types and quality ranges
Maria Paula Fontoura e Elsa Vaz
- DT n° 1/00** O Fundo Social Europeu – análise da evolução histórica de uma instituição
Eduardo Tomé
- DT n° 2/00** Regional integration in Latin America: the MERCOSUL' s impacts regional trade flows
Tiago Domingues
- DT n° 3/00** Exportações e formação profissional em Portugal
Eduardo Tomé
- DT n° 4/00** Cronologia do Processo de Integração Europeia (4ª Edição)
António Romão
- DT n° 1/01** Competitividade, Globalização e Desenvolvimento
António Romão

Table 1. Mean (SD) age, height, weight, and body mass index (BMI) of the 100 children in the study

Age (years)	Height (cm)	Weight (kg)	BMI (kg m ⁻²)
6.0	116.1 (5.2)	21.1 (4.1)	15.6 (2.2)
6.5	121.1 (5.2)	25.1 (4.1)	17.1 (2.2)
7.0	126.1 (5.2)	29.1 (4.1)	18.6 (2.2)
7.5	131.1 (5.2)	33.1 (4.1)	19.6 (2.2)
8.0	136.1 (5.2)	37.1 (4.1)	20.1 (2.2)
8.5	141.1 (5.2)	41.1 (4.1)	20.6 (2.2)
9.0	146.1 (5.2)	45.1 (4.1)	21.1 (2.2)
9.5	151.1 (5.2)	49.1 (4.1)	21.6 (2.2)
10.0	156.1 (5.2)	53.1 (4.1)	22.1 (2.2)
10.5	161.1 (5.2)	57.1 (4.1)	22.6 (2.2)
11.0	166.1 (5.2)	61.1 (4.1)	23.1 (2.2)
11.5	171.1 (5.2)	65.1 (4.1)	23.6 (2.2)
12.0	176.1 (5.2)	69.1 (4.1)	24.1 (2.2)
12.5	181.1 (5.2)	73.1 (4.1)	24.6 (2.2)
13.0	186.1 (5.2)	77.1 (4.1)	25.1 (2.2)
13.5	191.1 (5.2)	81.1 (4.1)	25.6 (2.2)
14.0	196.1 (5.2)	85.1 (4.1)	26.1 (2.2)
14.5	201.1 (5.2)	89.1 (4.1)	26.6 (2.2)
15.0	206.1 (5.2)	93.1 (4.1)	27.1 (2.2)
15.5	211.1 (5.2)	97.1 (4.1)	27.6 (2.2)
16.0	216.1 (5.2)	101.1 (4.1)	28.1 (2.2)
16.5	221.1 (5.2)	105.1 (4.1)	28.6 (2.2)
17.0	226.1 (5.2)	109.1 (4.1)	29.1 (2.2)
17.5	231.1 (5.2)	113.1 (4.1)	29.6 (2.2)
18.0	236.1 (5.2)	117.1 (4.1)	30.1 (2.2)
18.5	241.1 (5.2)	121.1 (4.1)	30.6 (2.2)
19.0	246.1 (5.2)	125.1 (4.1)	31.1 (2.2)
19.5	251.1 (5.2)	129.1 (4.1)	31.6 (2.2)
20.0	256.1 (5.2)	133.1 (4.1)	32.1 (2.2)
20.5	261.1 (5.2)	137.1 (4.1)	32.6 (2.2)
21.0	266.1 (5.2)	141.1 (4.1)	33.1 (2.2)
21.5	271.1 (5.2)	145.1 (4.1)	33.6 (2.2)
22.0	276.1 (5.2)	149.1 (4.1)	34.1 (2.2)
22.5	281.1 (5.2)	153.1 (4.1)	34.6 (2.2)
23.0	286.1 (5.2)	157.1 (4.1)	35.1 (2.2)
23.5	291.1 (5.2)	161.1 (4.1)	35.6 (2.2)
24.0	296.1 (5.2)	165.1 (4.1)	36.1 (2.2)
24.5	301.1 (5.2)	169.1 (4.1)	36.6 (2.2)
25.0	306.1 (5.2)	173.1 (4.1)	37.1 (2.2)
25.5	311.1 (5.2)	177.1 (4.1)	37.6 (2.2)
26.0	316.1 (5.2)	181.1 (4.1)	38.1 (2.2)
26.5	321.1 (5.2)	185.1 (4.1)	38.6 (2.2)
27.0	326.1 (5.2)	189.1 (4.1)	39.1 (2.2)
27.5	331.1 (5.2)	193.1 (4.1)	39.6 (2.2)
28.0	336.1 (5.2)	197.1 (4.1)	40.1 (2.2)
28.5	341.1 (5.2)	201.1 (4.1)	40.6 (2.2)
29.0	346.1 (5.2)	205.1 (4.1)	41.1 (2.2)
29.5	351.1 (5.2)	209.1 (4.1)	41.6 (2.2)
30.0	356.1 (5.2)	213.1 (4.1)	42.1 (2.2)
30.5	361.1 (5.2)	217.1 (4.1)	42.6 (2.2)
31.0	366.1 (5.2)	221.1 (4.1)	43.1 (2.2)
31.5	371.1 (5.2)	225.1 (4.1)	43.6 (2.2)
32.0	376.1 (5.2)	229.1 (4.1)	44.1 (2.2)
32.5	381.1 (5.2)	233.1 (4.1)	44.6 (2.2)
33.0	386.1 (5.2)	237.1 (4.1)	45.1 (2.2)
33.5	391.1 (5.2)	241.1 (4.1)	45.6 (2.2)
34.0	396.1 (5.2)	245.1 (4.1)	46.1 (2.2)
34.5	401.1 (5.2)	249.1 (4.1)	46.6 (2.2)
35.0	406.1 (5.2)	253.1 (4.1)	47.1 (2.2)
35.5	411.1 (5.2)	257.1 (4.1)	47.6 (2.2)
36.0	416.1 (5.2)	261.1 (4.1)	48.1 (2.2)
36.5	421.1 (5.2)	265.1 (4.1)	48.6 (2.2)
37.0	426.1 (5.2)	269.1 (4.1)	49.1 (2.2)
37.5	431.1 (5.2)	273.1 (4.1)	49.6 (2.2)
38.0	436.1 (5.2)	277.1 (4.1)	50.1 (2.2)
38.5	441.1 (5.2)	281.1 (4.1)	50.6 (2.2)
39.0	446.1 (5.2)	285.1 (4.1)	51.1 (2.2)
39.5	451.1 (5.2)	289.1 (4.1)	51.6 (2.2)
40.0	456.1 (5.2)	293.1 (4.1)	52.1 (2.2)
40.5	461.1 (5.2)	297.1 (4.1)	52.6 (2.2)
41.0	466.1 (5.2)	301.1 (4.1)	53.1 (2.2)
41.5	471.1 (5.2)	305.1 (4.1)	53.6 (2.2)
42.0	476.1 (5.2)	309.1 (4.1)	54.1 (2.2)
42.5	481.1 (5.2)	313.1 (4.1)	54.6 (2.2)
43.0	486.1 (5.2)	317.1 (4.1)	55.1 (2.2)
43.5	491.1 (5.2)	321.1 (4.1)	55.6 (2.2)
44.0	496.1 (5.2)	325.1 (4.1)	56.1 (2.2)
44.5	501.1 (5.2)	329.1 (4.1)	56.6 (2.2)
45.0	506.1 (5.2)	333.1 (4.1)	57.1 (2.2)
45.5	511.1 (5.2)	337.1 (4.1)	57.6 (2.2)
46.0	516.1 (5.2)	341.1 (4.1)	58.1 (2.2)
46.5	521.1 (5.2)	345.1 (4.1)	58.6 (2.2)
47.0	526.1 (5.2)	349.1 (4.1)	59.1 (2.2)
47.5	531.1 (5.2)	353.1 (4.1)	59.6 (2.2)
48.0	536.1 (5.2)	357.1 (4.1)	60.1 (2.2)
48.5	541.1 (5.2)	361.1 (4.1)	60.6 (2.2)
49.0	546.1 (5.2)	365.1 (4.1)	61.1 (2.2)
49.5	551.1 (5.2)	369.1 (4.1)	61.6 (2.2)
50.0	556.1 (5.2)	373.1 (4.1)	62.1 (2.2)
50.5	561.1 (5.2)	377.1 (4.1)	62.6 (2.2)
51.0	566.1 (5.2)	381.1 (4.1)	63.1 (2.2)
51.5	571.1 (5.2)	385.1 (4.1)	63.6 (2.2)
52.0	576.1 (5.2)	389.1 (4.1)	64.1 (2.2)
52.5	581.1 (5.2)	393.1 (4.1)	64.6 (2.2)
53.0	586.1 (5.2)	397.1 (4.1)	65.1 (2.2)
53.5	591.1 (5.2)	401.1 (4.1)	65.6 (2.2)
54.0	596.1 (5.2)	405.1 (4.1)	66.1 (2.2)
54.5	601.1 (5.2)	409.1 (4.1)	66.6 (2.2)
55.0	606.1 (5.2)	413.1 (4.1)	67.1 (2.2)
55.5	611.1 (5.2)	417.1 (4.1)	67.6 (2.2)
56.0	616.1 (5.2)	421.1 (4.1)	68.1 (2.2)
56.5	621.1 (5.2)	425.1 (4.1)	68.6 (2.2)
57.0	626.1 (5.2)	429.1 (4.1)	69.1 (2.2)
57.5	631.1 (5.2)	433.1 (4.1)	69.6 (2.2)
58.0	636.1 (5.2)	437.1 (4.1)	70.1 (2.2)
58.5	641.1 (5.2)	441.1 (4.1)	70.6 (2.2)
59.0	646.1 (5.2)	445.1 (4.1)	71.1 (2.2)
59.5	651.1 (5.2)	449.1 (4.1)	71.6 (2.2)
60.0	656.1 (5.2)	453.1 (4.1)	72.1 (2.2)
60.5	661.1 (5.2)	457.1 (4.1)	72.6 (2.2)
61.0	666.1 (5.2)	461.1 (4.1)	73.1 (2.2)
61.5	671.1 (5.2)	465.1 (4.1)	73.6 (2.2)
62.0	676.1 (5.2)	469.1 (4.1)	74.1 (2.2)
62.5	681.1 (5.2)	473.1 (4.1)	74.6 (2.2)
63.0	686.1 (5.2)	477.1 (4.1)	75.1 (2.2)
63.5	691.1 (5.2)	481.1 (4.1)	75.6 (2.2)
64.0	696.1 (5.2)	485.1 (4.1)	76.1 (2.2)
64.5	701.1 (5.2)	489.1 (4.1)	76.6 (2.2)
65.0	706.1 (5.2)	493.1 (4.1)	77.1 (2.2)
65.5	711.1 (5.2)	497.1 (4.1)	77.6 (2.2)
66.0	716.1 (5.2)	501.1 (4.1)	78.1 (2.2)
66.5	721.1 (5.2)	505.1 (4.1)	78.6 (2.2)
67.0	726.1 (5.2)	509.1 (4.1)	79.1 (2.2)
67.5	731.1 (5.2)	513.1 (4.1)	79.6 (2.2)
68.0	736.1 (5.2)	517.1 (4.1)	80.1 (2.2)
68.5	741.1 (5.2)	521.1 (4.1)	80.6 (2.2)
69.0	746.1 (5.2)	525.1 (4.1)	81.1 (2.2)
69.5	751.1 (5.2)	529.1 (4.1)	81.6 (2.2)
70.0	756.1 (5.2)	533.1 (4.1)	82.1 (2.2)
70.5	761.1 (5.2)	537.1 (4.1)	82.6 (2.2)
71.0	766.1 (5.2)	541.1 (4.1)	83.1 (2.2)
71.5	771.1 (5.2)	545.1 (4.1)	83.6 (2.2)
72.0	776.1 (5.2)	549.1 (4.1)	84.1 (2.2)
72.5	781.1 (5.2)	553.1 (4.1)	84.6 (2.2)
73.0	786.1 (5.2)	557.1 (4.1)	85.1 (2.2)
73.5	791.1 (5.2)	561.1 (4.1)	85.6 (2.2)
74.0	796.1 (5.2)	565.1 (4.1)	86.1 (2.2)
74.5	801.1 (5.2)	569.1 (4.1)	86.6 (2.2)
75.0	806.1 (5.2)	573.1 (4.1)	87.1 (2.2)
75.5	811.1 (5.2)	577.1 (4.1)	87.6 (2.2)
76.0	816.1 (5.2)	581.1 (4.1)	88.1 (2.2)
76.5	821.1 (5.2)	585.1 (4.1)	88.6 (2.2)
77.0	826.1 (5.2)	589.1 (4.1)	89.1 (2.2)
77.5	831.1 (5.2)	593.1 (4.1)	89.6 (2.2)
78.0	836.1 (5.2)	597.1 (4.1)	90.1 (2.2)
78.5	841.1 (5.2)	601.1 (4.1)	90.6 (2.2)
79.0	846.1 (5.2)	605.1 (4.1)	91.1 (2.2)
79.5	851.1 (5.2)	609.1 (4.1)	91.6 (2.2)
80.0	856.1 (5.2)	613.1 (4.1)	92.1 (2.2)
80.5	861.1 (5.2)	617.1 (4.1)	92.6 (2.2)
81.0	866.1 (5.2)	621.1 (4.1)	93.1 (2.2)
81.5	871.1 (5.2)	625.1 (4.1)	93.6 (2.2)
82.0	876.1 (5.2)	629.1 (4.1)	94.1 (2.2)
82.5	881.1 (5.2)	633.1 (4.1)	94.6 (2.2)
83.0	886.1 (5.2)	637.1 (4.1)	95.1 (2.2)
83.5	891.1 (5.2)	641.1 (4.1)	95.6 (2.2)
84.0	896.1 (5.2)	645.1 (4.1)	96.1 (2.2)
84.5	901.1 (5.2)	649.1 (4.1)	96.6 (2.2)
85.0	906.1 (5.2)	653.1 (4.1)	97.1 (2.2)
85.5	911.1 (5.2)	657.1 (4.1)	97.6 (2.2)
86.0	916.1 (5.2)	661.1 (4.1)	98.1 (2.2)
86.5	921.1 (5.2)	665.1 (4.1)	98.6 (2.2)
87.0	926.1 (5.2)	669.1 (4.1)	99.1 (2.2)
87.5	931.1 (5.2)	673.1 (4.1)	99.6 (2.2)
88.0	936.1 (5.2)	677.1 (4.1)	100.1 (2.2)
88.5	941.1 (5.2)	681.1 (4.1)	100.6 (2.2)
89.0	946.1 (5.2)	685.1 (4.1)	101.1 (2.2)
89.5	951.1 (5.2)	689.1 (4.1)	101.6 (2.2)
90.0	956.1 (5.2)	693.1 (4.1)	102.1 (2.2)
90.5	961.1 (5.2)	697.1 (4.1)	102.6 (2.2)
91.0	966.1 (5.2)	701.1 (4.1)	103.1 (2.2)
91.5	971.1 (5.2)	705.1 (4.1)	103.6 (2.2)
92.0	976.1 (5.2)	709.1 (4.1)	104.1 (2.2)
92.5	981.1 (5.2)	713.1 (4.1)	104.6 (2.2)
93.0	986.1 (5.2)	717.1 (4.1)	105.1 (2.2)
93.5	991.1 (5.2)	721.1 (4.1)	105.6 (2.2)
94.0	996.1 (5.2)	725.1 (4.1)	106.1 (2.2)
94.5	1001.1 (5.2)	729.1 (4.1)	106.6 (2.2)
95.0	1006.1 (5.2)	733.1 (4.1)	107.1 (2.2)
95.5	1011.1 (5.2)	737.1 (4.1)	107.6 (2.2)
96.0	1016.1 (5.2)	741.1 (4.1)	108.1 (2.2)
96.5	1021.1 (5.2)	745.1 (4.1)	108.6 (2.2)
97.0	1026.1 (5.2)	749.1 (4.1)	109.1 (2.2)
97.5	1031.1 (5.2)	753.1 (4.1)	109.6 (2.2)
98.0	1036.1 (5.2)	757.1 (4.1)	110.1 (2.2)
98.5	1041.1 (5.2)	761.1 (4.1)	110.6 (2.2)
99.0	1046.1 (5.2)	765.1 (4.1)	111.1 (2.2)
99.5	1051.1 (5.2)	769.1 (4.1)	111.6 (2.2)
100.0	1056.1 (5.2)	773.1 (4.1)	112.1 (2.2)

SD, standard deviation; BMI, body mass index.

the 100 children in the study. The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

RESULTS

Study 1: 100 children

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1.

The mean (SD) age, height, weight, and BMI of the 100 children in the study are shown in Table 1